



Trajatórias e atuação política: uma pesquisa sobre as vereadoras cariocas

Aimée Seixas, Gabriela Scotto

Mulheres que disputam cargos eleitorais ou participam da vida pública como um todo têm pela frente o desafio de adentrar espaços hostis, majoritariamente ocupados pelos homens. No Rio de Janeiro, a Câmara Municipal é composta por apenas 13,7% de legisladoras do sexo feminino. Buscando entender os sentidos e o impacto dessa subrepresentação, o trabalho se dedica a analisar os perfis das vereadoras que compõem a 10ª Legislatura (2017-2020) da Câmara carioca, bem como os detalhes de seus percursos na carreira política. Os métodos de investigação utilizados foram mistos. O componente qualitativo contribuiu para a compreensão das experiências políticas, dos posicionamentos ideológicos e das bandeiras levantadas pelas representantes. O componente quantitativo, por sua vez, consistiu em averiguar a atuação parlamentar, verificando a quantidade total de leis elaboradas por elas e quantas resultaram em políticas públicas em prol de mulheres. Quando falamos destas políticas, consideramos, no presente estudo, as seguintes ações governamentais: as que têm as mulheres como foco específico; e as que beneficiam um público mais abrangente, mas que, de alguma forma, se orientam para a redução das desigualdades de gênero. As bases acessadas para construir o universo dos dados analisados foram o site institucional da Câmara Municipal, sites oficiais das vereadoras e seus perfis pessoais nas redes. Como resultado, identificamos que: 1) 75% das legisladoras pertencem a partidos de centro ou direita; 2) também 75% delas possuem alguma experiência política anterior ao cargo na vereança; 3) três das oito identificam a mulher como um dos elementos centrais de seus mandatos, mas apenas uma demonstrou efetividade na elaboração de políticas feministas; 4) de cento e dez leis de autoria feminina, apenas sete abarcam o tema “mulher” enquanto grupo, de acordo com os parâmetros estabelecidos na pesquisa. Embora possa vir a colaborar com a penetração do debate sobre a igualdade de gênero dentro das instituições, a presença de mulheres no legislativo não necessariamente traz benefícios concretos em termos de políticas públicas benéficas à população feminina. Afirmamos neste trabalho que um dos grandes desafios para o feminismo é o de identificar candidatas que sustentem a crítica à mercantilização; que sejam, além de feministas, anticapitalistas. Só assim é possível fazer política de caráter emancipatório, que englobe todas as mulheres, de forma a livrá-las de uma vida precarizada.